

Estado teve 446 decretos de desastres naturais neste ano

Até menos 18 pessoas morreram, quase 300 ficaram feridas e 57,5 mil foram desalojadas entre janeiro e julho no RS

MARCEL HARTMANN

marcel.hartmann@zerohora.com.br

De janeiro a julho de 2023, municípios do Rio Grande do Sul tiveram 446 decretos de emergência reconhecidos pelo governo federal após desastres naturais. O número é o maior dos últimos sete anos e está mais de quatro vezes acima do registrado em 2019.

A estiagem é o motivo mais citado para decretar situação de emergência em um município. Em segundo lugar, estão os extremos ligados a ciclones, como enxurrada, inundação, chuva intensa, granizo e vendaval.

Os eventos meteorológicos causaram ao menos 18 mortes, 298 feridos, mais de 4 mil desabrigados, 57,5 mil desalojados e afetaram mais de 4,1 milhões de gado com falta de luz e água. Os dados foram levantados pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão a pedido de ZH com base em dados do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional desde 2017, período com dados disponíveis.

Quando uma prefeitura tem reconhecida a situação de emergência, pode receber auxílio, inclusive em verba do governo federal e do Estado. Os decretos abrangem diferentes episódios, incluindo três ciclones em julho, as chuvas causadas pelo ciclone extratropical de junho, que deixou 16 vítimas, e a estiagem que motivou 390 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul a decretarem estado de emergência.

Oficialmente, o Estado contabiliza 16 mortes, mas ZH leva em conta as 16 vítimas do temporal de junho e as duas mortes do tornado de julho.

Aquecimento

Eventos extremos serão mais comuns em um Rio Grande do Sul afetado pelo aquecimento global – que cobra sua fatura com efeitos visíveis não apenas no campo, mas também na cidade.

É fato que secas, tempestades e ciclones sempre existiram. Na última década, no entanto, passaram a aparecer com mais frequência e intensidade, o que irá piorar daqui



Ciclone extratropical, que atingiu várias regiões do Rio Grande do Sul, foi um dos responsáveis por elevar os números relacionados a eventos climáticos

para frente, alerta o climatologista Francisco Aquino, professor e pesquisador há mais de 30 anos sobre Antártica e mudanças climáticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

– O clima do RS mudou e está mais quente. O inverno é uma das estações que mais aqueceram, e todos os fenômenos se acentuaram, como ondas de frio e de calor, estiagem, chuva extrema e tempestades. O aumento da temperatura da atmosfera e dos oceanos ainda concentra a chuva em eventos individuais extremos – diz Aquino.

Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que eventos climáticos no Rio Grande do Sul forçaram quase 392 mil pessoas a deixar suas casas entre 2013 e 2022. Com a chegada do El Niño, que eleva a temperatura do Oceano Pacífico, o Estado deve se preparar para mais episódios na primavera e no verão.

– Vemos nos modelos de previsão um aumento de precipitação que será associado a tempestades severas que causarão grande volume de precipitação concentrada,

inundações e desastres. O Brasil tem registrado nas últimas décadas um aumento de desastres. Nossa dificuldade de planejamento territorial e social deixa os mais pobres em áreas de risco – reflete Aquino.

Transição

O governo federal deve lançar nas próximas semanas o Plano de Transição Ecológica, estratégia com mais de 100 ações para uma “reindustrialização verde” do país. Haverá incentivos para a indústria e o agronegócio adotarem práticas ecológicas e fomento à bioeconomia e às energias renováveis.

Entre as medidas, estão o Programa Sol para Todos para subsidiar o uso de painéis solares; promoção do uso de veículos elétricos; e fusão do Plano Safra ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono a fim de “esverdear” o agronegócio.

Neutralizar carbono é meta

Regiões onde o agronegócio tem protagonismo, como o Rio Grande do Sul, precisarão desenhar políticas para se adaptar ao aquecimento global. O governo do Estado trabalha com uma série de ações relacionadas ao tema.

Entre eles, está a meta de que o Rio Grande do Sul reduza as emissões de carbono em 50% até 2030 e as neutralize até 2050, em sintonia com o Acordo de Paris, um marco internacional nas negociações para conter o aquecimento global.

Há uma série de ações, como incentivar o uso de biogás em solo gálico, recuperar áreas de preservação permanente de cursos d'água e nascentes, e incentivar boas práticas ambientais por meio da emissão de certificados.

Há também ações para socorrer os atingidos por intempéries. Neste ano, o Piratini lançou o programa Volta por Cima, que paga R\$ 2,5 mil por família desabrigada após o ciclone de 15 e 16 de junho.

Montenegro e Esteio chegaram a implementar um pagamento de R\$ 1 mil, com caixa das prefeituras, para atingidos pelo mesmo evento.

Mitigação

Atingir as metas de redução pela metade e posterior suspensão de emissão de gases do efeito estufa no Rio Grande do Sul é possível, diz a secretária Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann.

– Fica muito claro que precisamos de ações estruturantes para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, mas também focar em adaptações às variações climáticas. Somos um Estado pioneiro em agricultura de baixo carbono. Muitos produtores executam uma produção considerada verde, mas não propagam isso. A agricultura, a pecuária e a floresta são as únicas atividades que poderão mitigar a emissão de outras atividades que, por sua vez, só conseguem reduzir.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Mudanças climáticas **Página:** 16